

Massa Crítica

PACS
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Junho de 2011
nº 53

Análise de conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional.

PERDIDOS NA NOITE À BEIRA MAR

José Drumond Saraiva
Eletricitário, Sócio do PACS

Chegamos ao aeroporto de Florianópolis por volta das 11 da noite. Ninguém para nos receber.

Puxa, afinal estávamos ali para continuar nossa luta contra as privatizações do setor elétrico, agora no caso das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL. Já tínhamos perdido duas batalhas anteriores, uma em 1995, quando da privatização das Centrais Elétricas do Espírito Santo S.A. – ESCELSA, e outra em maio de 1996, quando foi alienada a LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. Ambas eram empresas de distribuição de energia elétrica subsidiárias da ELETROBRAS. As batalhas contra os dois processos foram duras e iniciadas ainda no governo de Itamar Franco que legou os processos para a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Agora, já em 1998, tratava-se do processo de privatização da primeira grande empresa de geração e transmissão do Grupo ELETROBRAS, então responsável por essas áreas em todos os estados da região sul do país, aí incluído o Mato Grosso do Sul. O processo para o governo seria teoricamente simples:

uma cisão de atividades de geração e transmissão, com a concomitante criação de novas empresas dela resultantes, e venda de todo o parque gerador da empresa.

Estávamos ali para tentar impedir esse processo. Afinal, embora derrotados nos casos da ESCELSA e da LIGHT, tínhamos alguma experiência nas lutas contra as privatizações de empresas de outros setores, em especial de mineração, metalurgia e ferroviário. Além disso, conhecíamos muito bem o setor elétrico brasileiro, as empresas públicas e privadas, a legislação aplicável, enfim, as características de todos os agentes envolvidos na questão. Além disso, todos ali tinham sólida formação acadêmica e profissional, histórico de militância política, gozando de relativo grau de respeitabilidade mesmo por parte daqueles que não concordavam com suas posições. Em Florianópolis o grupo deveria realizar algumas tarefas específicas, principalmente a de assessorar uma Procuradora da República em Santa Catarina, que preparava uma ação denunciando diversas irregularidades de todo o processo e solicitando a sua imediata

interrupção. Além disso, é claro, o grupo participaria de debates, concederia coletivas de imprensa e daria todas as informações que dispunha para o sindicato dos eletricitários e outras entidades que também desenvolviam ações contra a privatização da ELETROSUL. Na realidade, todos ali estavam a convite do sindicato e dessas organizações.

Como ninguém esperava a comitiva, após alguns telefonemas todos se dirigiram para o hotel indicado onde deveriam hospedar-se. Era um hotel antigo, sem infra-estrutura alguma, apesar de situado a beira mar, no caminho que então ligava o aeroporto ao centro da cidade. Como todos estavam famintos e se deram conta que comida não havia no estabelecimento, não só pelo adiantado da hora, mas também pela própria localização do hotel, era imperativo caminhar até achar alguma coisa, ainda que alguma carrocinha de cachorro quente. Aí o grupo se dividiu e alguns, ainda que famintos, resolveram tentar dormir de barriga vazia. Aqueles que foram buscar algo para comer tiveram que caminhar pela estrada. Ao que parece conseguiram alguma coisa, já não me lembro mais. Alguns, com razão, reclamaram muito pela falta de organização na recepção e no local escolhido para hospedagem. Todavia, era uma reclamação fraterna, sem rancores. Afinal, todos ali já estavam acostumados com esse tipo de coisas e sabiam perfeitamente das dificuldades que estavam atingindo as entidades, em especial o sindicato dos eletricitários. No dia seguinte ninguém lembrava mais do ocorrido e o grupo queria mesmo era iniciar os trabalhos. E os trabalhos logo começaram. Durante toda uma manhã e uma tarde o grupo esteve reunido com a Procuradora. Ela era uma mulher

simpática, inteligente e estava realmente decidida a levar adiante todas as ações judiciais que se fizessem necessárias para inviabilizar a privatização da companhia. Na reunião foram desenvolvidas diversas teses sobre ilegalidades do processo e sobre os evidentes prejuízos que o mesmo, se levado a cabo, acarretaria à população em geral, à ELETROBRAS, acionista majoritária da ELETROSUL e, por conseqüência, aos estados do sul do país e a toda a nação. Lembro que o grupo entregou à Procuradora todos os elementos técnicos e econômico-financeiros que demonstravam cabalmente que a privatização da ELETROSUL deveria ser imediatamente interrompida. Entre as informações entregues constavam análises detalhadas das propostas dos consultores contratados para efetuar a venda da empresa, análise dos riscos envolvidos, cálculos de fluxos de caixa descontados a distintas taxas e metodologias, e até possíveis linhas de argumentação que pudessem complementar o material necessário para o trabalho que estava sendo desenvolvido pelo Ministério Público de Santa Catarina. Foi uma reunião realmente proveitosa e, embora vacinados com nossas derrotas anteriores, saímos dali bastante confiantes e esperançosos com desdobramentos positivos de nossos trabalhos.

A noite, mais trabalho. Entrevistas e um debate público em um teatro ao lado da catedral de Florianópolis. Auditório lotado e presença de representantes de sindicatos, da universidade, da igreja, de políticos locais, e de distintos movimentos sociais, tudo organizado pelo MUCAP- Movimento Unitário contra as Privatizações, se não estou

enganado. Foi um verdadeiro “happening” e, para o grupo, isso significava o reconhecimento de seus trabalhos e se constituía em uma necessária força para que continuassem com suas ações em defesa do patrimônio público e, mais que isso de um conceito que deveria ser preservado de “serviço público”, da não transformação da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em simples mercadorias que, no fundo, embasava todas as propostas privatistas da época. Na realidade, a privatização da ELETROSUL seria a primeira de uma empresa geradora do grupo ELETROBRAS, abrindo o caminho para vendas futuras de outras empresas como FURNAS, CHESF e ELETRONORTE e, mais que isso, para uma profunda reestruturação de todo o setor elétrico brasileiro, onde o “mercado” passaria a ser o grande fundamento, deixando para trás o conceito que, independentemente de as empresas serem públicas ou privadas, deveria ser preservado: “o de serviço público”. Como observou um grande amigo e técnico de primeira do setor, “um marciano que estivesse visitando o Brasil na época ficaria perplexo com a decisão de vender a geração da ELETROSUL e indagaria: Ué? Porque vocês querem vender a geração de uma das regiões do país se têm uma estrutura de gerações estatais baseada no paradigma das grandes transferências de blocos de energia, aproveitando a diversidade hidrológica? Eu hein!”.

Aquele trabalho em Florianópolis não seria ou não tinha sido o único do grupo. Um dos participantes já tinha tido papel relevante em Brasília, tentando impedir a realização de uma Assembléia Geral da ELETROBRAS, às vésperas de festas de fim de ano, para

a cisão da empresa, sem sucesso. Outros continuaram com seus esforços, participando de debates, publicando alguns artigos em jornais de grande circulação no país, mobilizando formadores de opinião, parlamentares, organizações da sociedade civil.

Lamentavelmente, apesar dos esforços de todos os atores que tentaram impedir a venda do parque gerador da ELETROSUL, a mesma foi concretizada. Um grupo então belga, a TRACTEBEL, arrematou a empresa por cerca de 980 milhões de reais, montante que na época não representava mais que um insignificante percentual do real valor dos ativos alienados e que em tempo recorde foi recuperado. Hoje a TRACTEBEL, empresa do Grupo internacional SUEZ-Lyonnaise, com sede na França, é uma das maiores empresas privadas de geração do país e continua operando as usinas compradas na época, a saber: todo o parque termoelétrico de Jorge Lacerda e grandes usinas hidráulicas, como Salto Osório e Salto Santiago. Sem dúvida, a TRACTEBEL jamais seria a potência que é hoje se a privatização do parque gerador da ELETROSUL não tivesse se verificado em 1998.

A história, todavia, sempre nos reserva surpresas. Ainda no primeiro mandato do governo Lula, a ELETROSUL foi autorizada a retomar suas atividades de geração. Claro que em novos moldes. Afinal, o sistema elétrico brasileiro, com tantos atores privados e tantas lógicas que nem de perto se aproximam daquela que defendíamos de manutenção de “serviço público”, reservou preferencialmente para as empresas estatais a participação em consórcios como acionistas minoritários em novos empreendimentos do setor. Num

desses casos, quem diria, a ELETROSUL está hoje associada a uma empreiteira, a outra estatal, e à TRACTEBEL! E isso não é tudo. Até mesmo envolvidos diretamente na venda da empresa na época, como dirigentes ou consultores, transformaram-se em importantes quadros na estrutura atual da ELETROBRAS e do Ministério de Minas e Energia. Afinal, tantos anos se passaram e eles são “técnicos do setor”; e técnicos não têm ideologia, não é mesmo?

Quanto aos membros do grupo da madrugada de Florianópolis, nenhum está mais exercendo atividades no setor elétrico. Um é engenheiro aposentado da ELETROBRAS, após ter sido diretor da empresa por cerca de quatro anos, bem como presidente do Conselho de Administração e presidente interino da ELETROSUL por cerca de um ano. Outro, um físico de renome internacional, foi presidente da ELETROBRAS e hoje continua com suas atividades acadêmicas como diretor-geral de importante coordenação de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um terceiro, engenheiro, continua na universidade e na política, tendo sido candidato derrotado ao governo do estado do Rio de Janeiro nas últimas eleições. Quanto aos demais participantes do grupo, alguns continuam ocupando cargos de menor importância no governo atual, estes sim de caráter técnico, sem qualquer representação política. Hoje, quando vejo o que está acontecendo no setor, quando vejo pessoas comprometidas com lógicas de mercado sendo apresentadas como “gente de valor”, quando significativa parcela dos que contribuíram

efetivamente para a dilapidação do patrimônio público e para o desmonte do setor elétrico brasileiro aparecem como se não tivessem nenhuma responsabilidade com os fatos passados, penso em quanto fomos ingênuos. Entretanto, santa ingenuidade! Assim posso recordar de tudo isso com uma alegria e com uma saudade imensas, até mesmo daquela noite em que estivemos meio perdidos à beira mar...



Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 47/702
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP.: 20031-040 - Telefax: 55 21 2210-2124
Site: www.pacs.org.br
E-mail: pacs@pacs.org.br
Associada à ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - desde 1991
Utilidade Pública Federal - Portaria nº 2.476, de 17 de dezembro de 2003 - Diário Oficial da União de 18/12/2003.
Utilidade Pública Estadual - Diário Oficial de 02/06/2003 - Lei nº 4.108.
Utilidade Pública Municipal - Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 13/09/2004 - Lei nº 3832 de 09/09/2004
Inscrição nº 620 no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, processo nº 08/015202/03, publicado no Diário Oficial do Município de 28/10/2003